



*Spun*

## **Ata da 8.ª Reunião de Câmara | extraordinária**

**08 de março de 2021, 16:00h**

**Maia, Paços do Concelho | Videoconferência**

Ao oitavo dia do mês de março do ano de 2021, pelas 16:00h, por videoconferência através da plataforma Zoom, realizou-se a 8.ª reunião de câmara, extraordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago;
2. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
4. Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
5. Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
6. Vereador José António Andrade Ferreira
7. Vereador, Mário Nuno de Sousa Neves
8. Vereador, Jaime Manuel da Silva Pinho
9. Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho
10. Vereadora, Paula Cristina Romão Pereira
11. Vice-Presidente, Marta Moreira de Sá Peneda

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:



1. Doação de duas parcelas de terreno, com as áreas de 46,02 m<sup>2</sup> e 134,55 m<sup>2</sup>, para alargamento e beneficiação da Rua da Levadinha, na freguesia de Pedrouços, concelho da Maia

Proposta n.º 7309/21, subscrita pelo Senhor Presidente, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi da proposta e celebração da escritura pública de doação de duas parcelas de terreno, aprovada por unanimidade.

2. Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município da Maia e a Associação Jurídica da Maia na valorização, defesa e promoção da ciência e culturas jurídicas ao nível da Comarca da Maia – comparticipação financeira relativa ao ano de 2020

Proposta n.º 7641/21, subscrita pelo Senhor Presidente, António Domingos da Silva Tiago

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, referindo que a cláusula quatro tinha cinco alíneas que eram a responsabilidade da Associação para com a Autarquia, que estavam contempladas no protocolo. Questionou quanto à existência e disponibilidade da revista aí referida, que a Senhora Vereadora nunca a viu, mas gostava de a ver e se era possível.

O Senhor Presidente interveio, respondendo que era possível, e que se podia oferecer a quem quisesse, todos os números.

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, referindo que para aprovar o protocolo seria interessante verificar o que tinham feito até ao momento. De seguida a Senhora Vereadora mencionou que a alínea a), dizia que tinham a responsabilidade de promover e realizar ações de formação, conferências, colóquios, seminários e sessões, questionando a Senhora Vereadora se têm sido promovidas aquelas atividades. O Senhor Presidente respondeu que sim, mas com a pandemia com menos frequência, referindo que num passado recente participou em algumas iniciativas. A Senhora Vereadora referiu que numa das alíneas se previa publicitar o apoio do Município da Maia em todas as suas ações e, uma outra para além dos exemplares da revista, promover a edição e publicação com periodicidade semestral. Mais referiu a Senhora Vereadora que uma vez que nunca tiveram um exemplar da



revista, não tinham ideia efetivamente do que foi feito, e seria muito importante numa fase em que foi aprovado em 2018 e ia novamente para um período de três anos, e ia novamente à Câmara para aprovação, seria de todo desejável que fosse acompanhado de um registo daquilo que tinha sido produzido e de um registo daquilo que efetivamente estava contemplado no protocolo e, se foi cumprido ou não cumprido. A Senhora Vereadora mencionou que seria fundamental para que com toda a naturalidade dessem o aval àquela situação. A Senhora Vereadora solicitou ao Senhor Vereador Paulo Ramalho se conseguia dar nota de tudo aquilo que tinha sido feito, e que seria muito interessante o protocolo ter sido acompanhado dessa parte documental, porque só era possível avançar fazendo o diagnóstico e ponto da situação.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho interveio, referindo que a Associação Jurídica tinha uma história longa na Maia, e de alguma maneira os grandes promotores da Associação Jurídica foram o Professor Viera de Carvalho e o Dr. Araújo de Barros que era na altura Juiz Conselheiro. Na altura a Associação Jurídica era ainda pequena, tinha a ambição de promover a aglutinação de um conjunto de pessoas ligadas ao estudo do direito, e a ideia era aglutinar desde advogados, oficiais de justiça, notários, juizes, procuradores; entretanto foi crescendo e ganhando corpo e tem à data ainda muita gente não só da Maia, mas também pessoas fora da Maia que se iam filiando na Associação Jurídica, gente ligada à Maia ou que estivesse no Tribunal da Maia ou que residisse na Maia. Mais referiu o senhor Vereador que durante muitos anos o grande dinamizador foi o Dr. Araújo de Barros que, entretanto, faleceu e sucedeu-lhe o Dr. Ferreira Pinto, que ainda naquela data era a pessoa que estava à frente da Associação Jurídica. Referiu também o Senhor Vereador que o trabalho que estava a ser feito nessa área era o trabalho da promoção da ciência jurídica, publicação de artigos, publicação de acórdãos, estudos comparativos, e era isso que ia sendo publicitado e publicado nessas revistas que iam sendo produzidas. Acrescentou o Senhor Vereador que, paralelamente, o que fazia a Associação Jurídica era promover um conjunto de conferências durante o ano, ações de formação, seminários, que desde que foi assinado o último protocolo sempre em parceria com a Câmara Municipal, e várias delas feitas na Câmara Municipal outras no Fórum e uma outra no auditório da Junta de Freguesia da Maia. Referiu o Senhor Vereador que no ano passado, com o confinamento, a atividade parou um bocadinho,



e também porque o Dr. Ferreira Pinto esteve fora e entretanto as coisas foram encaminhadas para outras plataformas, inclusive a próxima sessão seria através da plataforma Zoom, não havendo ainda condições para se realizar de forma presencial. O Senhor Vereador deu nota de que essas conferências funcionavam como ações de formação porque os funcionários da Câmara Municipal, como por exemplo os juristas, a Dra. Alexandra Carvalho e outras pessoas relacionadas com a área financeira, assistiam frequentemente a essas ações, onde faziam perguntas. Referiu o Senhor Vereador que no ano passado tinha sido o ano que menos se tinha feito nessa área, mas o normal era haver quatro, cinco, seis conferências por ano.

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, referindo que de qualquer forma diziam as regras da boa conduta e da transparência que houvesse um documento escrito onde estivesse esse registo, esse compromisso daquilo que tinha sido feito, daquilo que estava a ser pensado ser feito, do que tinha sido executado e o que não tinha sido executado, ficando tudo um bocadinho no ar. Mais referiu a Senhora Vereadora que quatro mil e trezentos euros (4.300,00€) podia não parecer nada, lembrando porém que à Refood foram dados dois mil e quinhentos (2.500,00€), foi um exemplo que a Senhora Vereadora se lembrou, pedindo desculpa se não era o mais adequado, mas quatro mil e quinhentos euros (4.500,00€) dos impostos tinha que ter um retorno direto para a população, não sabendo a Senhora Vereadora se era o caso, e por isso a Senhora Vereadora devolveu a questão, em termos dos Municípios, que impacto tinha nas pessoas, porque isso é que seria uma boa notícia, e porque é que a Câmara continuava a apoiar essas iniciativas.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho respondeu que o protocolo terminava em 2021, era um protocolo por três anos que tinha sido aprovado pela Câmara, e agora estavam a pagar aquilo que decorria do protocolo.

O Senhor Presidente interveio, referindo que o que estava em causa era o cumprimento desse protocolo de três anos, e convinha também referir que tinha sido aquela Câmara Municipal que tinha tratado, com diplomacia e convicção, de enquadrar a questão da saída da Associação Jurídica do Edifício Paços do Concelho, num sinal de transparência.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, reiterando o facto de terem bem presente a questão da saída da Associação jurídica das



instalações, onde se encontra agora a sede da Assembleia Municipal, dando bem conta de todas essas diligências tomadas há três anos atrás, tendo também a perfeita noção de que se tratava de executar um protocolo que tinha sido votado por unanimidade em reunião de Câmara, percebendo bem o que estava em causa na altura, mas não obstava o facto de as boas práticas na execução do protocolo terem subjacente o relatório de atividades, porque a Coligação "Um Novo Começo", que não acompanhava a ação política da Câmara e a sua atividade diária, era normal que quisesse saber o que realmente era feito ao abrigo dos protocolos, com evidências. Referiu a Senhora Vereadora que era só nesse sentido que estavam a fazer a intervenção naquele ponto, que naturalmente votavam a favor.

O Senhor Presidente respondeu que uma das formas era participar nessas iniciativas, para as quais eram todos convidados.

Submetida a discussão e votação foi a comparticipação financeira à Associação Jurídica da Maia, aprovada por unanimidade.

### 3. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo

Proposta n.º 8627/21, subscrita pelo Senhor Presidente, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Economia, Paulo Fernando de Sousa Ramalho

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho interveio, referindo que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo era um caminho que tinha sido feito ouvindo todos os atores do território, todos aqueles que se disponibilizaram e acederam ao convite da Câmara Municipal. Mais referiu o Senhor Vereador que toda a fileira do turismo, nomeadamente a restauração, agências de animação, agências de viagens, empresas de eventos, hotéis, alojamento local, todos foram ouvidos nas múltiplas ações que foram feitas na auscultação do território, assim como também foram ouvidas todas as Juntas de Freguesia, as coletividades e todos aqueles que direta ou indiretamente tinham a ver com essa realidade. O Senhor Vereador referiu que obviamente não era um caminho fechado, era um caminho aberto, dinâmico, incorporando novos contributos, feito numa altura particularmente complexa para o turismo, uma que vez que a pandemia criou muitas dificuldades e novos desafios nessa área. O Senhor Vereador mencionou que era um documento aberto que tinha um racional, uma matriz sobre o que era a orientação que pretendiam, onde não



estavam esquecidos o território rural, o território natural e o território industrial, todas as áreas em que o território da Maia se evidenciava, foram todas tidas em consideração.

Apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Município da Maia, pelo consultor externo, Doutor Luís Ferreira.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho interveio, referindo que a apresentação tinha sido um resumo, sendo suscetível de receber contributos e outras visões. Como já tinha referido o Senhor Vereador, era um plano estratégico, a estruturação de um caminho que tinha um conjunto de apeadeiros e estações e como era evidente não se iria fazer de um dia para o outro. Mais referiu o Senhor Vereador que a Maia nunca foi vista como um território com especial atratividade turística, era vista até como um território que tinha algum défice nessa área, e tudo o que a Maia tinha nessa área tinha que ser aproveitado ao máximo e reinventado.

O Senhor Presidente interveio, sugerindo não aprovarem o ponto em causa, dando tempo a que todos possam dar o seu contributo de forma a enriquecer o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que era extremamente positivo terem dado o primeiro passo numa estratégia de captação de turismo para o Concelho. Mais referiu a Senhora Vereadora que consideravam que estava bem estruturado, contendo as quatro fases que deviam estar em todos os planos estratégicos, a parte de diagnóstico, plano estratégico, do plano de ação e monitorização, sendo que a última fase estava ainda num plano embrionário, mas que era necessário contemplar. A Senhora Vereadora referiu que do ponto de vista conceptual e organização da estrutura do documento, consideravam que de facto estava bem feito e bem pensado. Do ponto de vista de algumas conclusões a que tinham chegado, o que era naturalmente sempre discutível pela experiência que cada um tinha do conhecimento que eram as suas vivências, parecia à Senhora Vereadora um pouco ambicioso estar a dar ênfase ao carácter rural, ao carácter citadino, parecendo que ainda estava numa fase difusa de conceitos, mas que, naturalmente tinham que partir de algum ponto para chegarem depois a um afunilar de soluções. Cogitou a Senhora Vereadora que quando chegassem ao plano de ação, referindo que a Coligação "Um Novo Começo" vem



defendendo há algum tempo, que o Concelho deveria ter logomarcas, ou seja, âncoras agregadoras, em que a parte da captação do turismo também fosse alavancada nessas logomarcas. Mais referiu a Senhora Vereadora que parecia que havia ainda uma grande difusão, e pelo que estava no plano de ação não conseguiam apreender onde poderiam afunilar. A Senhora Vereadora acrescentou que eram umas dezenas de páginas, que as tinha lido no dia anterior pela primeira vez, e assistido agora à apresentação, sendo tudo aquilo discutível, mas no fundo perceber queria perceber as tendências, do ponto de vista da análise que já tinham feito, e quais seriam aquelas que em termos de ponderação já tinham maior expressão das que constavam no estudo. Por outro lado, e sendo uma questão política, o Senhor Vereador Paulo Ramalho tinha referido no início da apresentação que foram envolvidos vários stakeholders, o que lamentavam mais uma vez era não terem envolvido a Coligação "Um Novo Começo" nessa auscultação de atores do território.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho interveio, referindo que era um plano estratégico, não era um plano ainda muito densificado dos caminhos que iriam ser construídos a partir do plano estratégico. O Senhor Vereador deu nota de que o plano não tinha sido feito apenas a pensar na Maia, mas um plano a pensar na Maia dentro da Região e que tinha sido feito sempre em concertação com a equipa liderada pelo Luís Pedro Martins, entidade Regional Porto e Norte Portugal. Mais referiu o Senhor Vereador que sabiam que estar perto do Porto podia ser problema, uma fraqueza, mas também podia ser uma oportunidade, um desafio, e quando falaram na Maia como um território rural às portas da Cidade, não estavam a pensar só na Maia, mas nas pessoas que visitavam a Cidade do Porto e que tivessem a vontade de ter uma experiência no mundo rural podiam-no encontrar desde logo na Maia. Referiu o Senhor Vereador que começaram esse caminho muito construído com base naquilo que foi a auscultação dos atores do território, e um dos desafios que a Câmara Municipal assumiu foi dar dimensão económica ao turismo, o que tinha naturalmente de acrescentar valor às ações dos operadores turísticos da Maia, percebendo que existiam uma série de empresas que tinham sede na Maia, ligadas ao turismo, e que nunca ganharam em euro pagando impostos na Maia, e com visitas à Maia, e quando levaram os atores do território a visitar a Torre Lidador chegaram ao varandim e viram a vista em redor ficavam absolutamente estupefactos. O Senhor Vereador referiu que uma das valências que a Maia tinha era



*Luís*

a valência equestre, que muitos dos turistas gostavam da experiência de andar a cavalo, e que não sabiam a maior parte deles que a Maia tinha um hipódromo e uma escola gerida pelo centro equestre e que nessas visitas eram estabelecidos contactos comerciais entre os operadores turísticos e as pessoas responsáveis pelo espaço equestre. Quando se faziam visitas à Quinta dos Cónegos a sugestão maioritária era que aquele espaço fosse um espaço ligado aos vinhos, identificando a Maia como o primeiro território da Região dos vinhos verdes, e que o turista estrangeiro gostava sempre de associar a beleza de um jardim, e designadamente de um palacete como aquele, à experiência de provar vinhos. Mencionou o Senhor Vereador que as coisas estavam a acontecer de forma rápida porque a Maia estava a ser descoberta pelos turistas.

O Doutor Luís Ferreira prestou esclarecimentos de natureza técnica, referindo que tentaram num primeiro momento cumprir do ponto de vista metodológico aquilo que estava na base da construção de um plano estratégico de desenvolvimento para o turismo e por outro lado, quando se preocuparam em estruturar o racional estratégico foi no sentido de encontrarem um posicionamento distintivo para a Maia, como estava plasmado nos seus princípios, e para a Maia como futuro turístico pretendiam uma abordagem competitiva e de cooperação.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho referiu que o plano tinha as grandes partes, as grandes matrizes, havendo um conjunto de coisas que teriam que acontecer no âmbito do plano, mas que não tinham que estar agora detalhados.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que um plano de ação poderia ir sempre acompanhado pelas fichas de ação, fazendo a Senhora Vereadora uma advertência para não caírem na generalidade, que tinham que arranjar produtos de identidade do Concelho, dando o exemplo da questão dos vinhos verdes, se era para ser a porta de entrada dos vinhos verdes, a Quinta dos Cónegos na opinião da Senhora Vereadora só se deveria fazer prova de vinhos verdes, criando assim produtos diferentes, achando a Senhora Vereadora que tinham que tomar naquele momento decisões políticas.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho mencionou que o que a Senhora Vereadora Sandra Lameiras tinha acabado de referir obrigava a fazer uma





reflexão que era também política de opções, com base naquilo que era o racional que estava no plano estratégico.

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, congratulando a iniciativa, em primeiro lugar com o Senhor Vereador Paulo Ramalho, referindo que já ia tarde, mas mais valia tarde do que nunca, e agradecer ao Doutor Luís Ferreira a excelente exposição que ali levou, muito sereno, muito concreto, objetivo, muito profissional, agradando especialmente à Coligação "Um Novo Começo", esse tipo de intervenções, gostava a Senhora Vereadora de deixar essa nota, e naturalmente também em relação à Dra. Sandra Campos, porque era notório que tinha havido um acompanhamento muito próximo da Unidade de Turismo junto de quem esteve a fazer o estudo, porque havia um conhecimento muito evidente, e que sem esse apoio era difícil algum estudo ser bem sucedido. A Senhora Vereadora deu nota de que um aspeto muito positivo tinha sido o enfoque colocado na importância de se feito um bom diagnóstico da situação e também o enfoque colocado na necessidade de tipificar o tipo de turista que frequentava a Maia e poderia vir a frequentar a Maia, algo que a Coligação "Um Novo Começo" tinha reiterado várias vezes em diferentes momentos, a importância de se investir nas bases de dados, e que o Senhor Professor tinha referido isso com bastante firmeza, porque sem se investir numa boa base de dados dificultava um bom diagnóstico e naturalmente depois, todo esse trabalho que demorava tempo, que consumia muito tempo, muitas energias e que muitas vezes não era bem sucedido porque o ponto de partida estava errado, e nesse sentido a Coligação "Um Novo Começo" endereçava os parabéns. A Senhora Vereadora mencionou que houve algo que lhe souu um pouco estranho e que gostava dessa reflexão que foi colocarem uma ameaça na proximidade do Concelho de Matosinhos e do Concelho de Gaia, lançando a Senhora Vereadora o desafio ao Senhor Professor e à Dra. Sandra Campos de passar essa ameaça para oportunidade, porque esse trabalho em rede que foi muitas vezes veiculado na apresentação e também nos argumentos do Senhor Vereador Paulo Ramalho, que era a importância do trabalho em rede entre Concelhos e nesse caso entra a Maia e a vizinha Espanha, era o ponto mais importante, que mais poderia consolidar essa estratégia turística do Concelho da Maia. A Senhora Vereadora lançou esse desafio, porque na análise swot aparecia como ameaça, lançando o desafio de passarem a considerar uma oportunidade. Mais referiu a Senhora Vereadora que havia alguns pontos que poderiam ser discutíveis,



*Spem*

mas fazia suas as palavras da Senhora Vereadora Sandra Lameiras quando disse na apresentação que não conhecendo o documento em detalhe focava naquilo que deveria ser um planeamento estratégico, mas existia plano de ação, existia monitorização do plano de ação que muitas vezes não acontecia, faltando ali uma avaliação de como se poderia no final avaliar esse plano de ação, mas na generalidade estava bem construído, bem apresentado e a Maia com toda a certeza poderia vir a beneficiar a médio e a longo prazo, dessa iniciativa do Dr. Paulo Ramalho na qualidade Vereador daquela área.

O Doutor Luís Ferreira, agradeceu as palavras da Senhora Vereadora Paula Romão e apenas referiu que na análise swot a ameaça do Concelho Matosinhos e do Concelho Gaia era fundamentalmente um alerta na perspetiva de competitividade.

A Chefe da Unidade de Turismo Sandra Campos prestou esclarecimentos de natureza técnica referindo que tinham ali uma base para ter sucesso, não sendo um turismo de massas, havia turismo na Maia, e aproveitadas as mais valias do território, era possível fazer um bom trabalho.

Submetida a discussão e votação, o Senhor Presidente da Câmara propôs o reagendamento do ponto, permitindo assim um período de reflexão sobre o documento, de forma a que a Vereação faça chegar os contributos que considere relevantes para elaboração do Plano Estratégico do Turismo, que será, após deliberação da Câmara Municipal, remetido à Assembleia Municipal para apreciação.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.



Pelas 18:18h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por (11) onze páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia, 08 de março de 2021